

ANEXO A

Brasil

SCL/LMK

Análise de Relação Anual de Informações Sociais

Sistema de monitoramento e avaliação Regime Próprio de Previdência dos Servidores

TERMO DE REFERÊNCIA

I. ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA

- 1.1. Brasil é um país federativo complexo, formado por um governo federal; um distrito federal e 26 estados; e 5.570 municípios. Os serviços públicos são majoritariamente fornecidos pelos governos estaduais e municipais. De fato, esses tipos de governos contrataram 10 milhões de pessoas em 2014, em comparação com 1 milhão de servidores públicos (incluindo militares) que o governo federal contratou.
- 1.2. Todos os 26 estados, o distrito federal e perto de 2.000 municipalidades brasileiras têm seus Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Esses regimes podem diferir consideravelmente entre si, mas, como via de regra, tendem a ser mais generosos do que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) disponível para trabalhadores do setor privado. Essa diferença há jogado um papel importante na crise fiscal atual dos governos sub-nacionais. É estimado que o rombo fiscal dos RPPS dos estados brasileiros foi de cerca de 1,3% do PIB em 2015.
- 1.3. Para avaliar a sustentabilidade desses planos, todos os estados e municipalidades com RPPS são obrigadas por lei a submeter ao governo federal avaliações atuariais desses planos (Lei no. 9.717/1998). Porém, é difícil para o governo federal saber a veracidade dessas avaliações – mesmo realizando auditorias dos registros de 10 RPPS por ano. De forma simples, o governo federal atualmente não tem os meios para monitorar e avaliar os RPPS dos governos estaduais e municipais.
- 1.4. Contudo, a arquitetura para montar um sistema de monitoramento e avaliação dos RPPS pode ser construída sem recorrer aos registros dos governos estaduais e municipais. É possível para o governo federal estimar a informação contida nesses registros usando outros meios para estimar a veracidade das avaliações atuariais geridas pelos governos locais. Combinando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) com o Sistema de Informações sobre Mortalidades (SIM), o governo pode estimar quais servidores de diferentes regimes entraram e saíram dos RPPS.
- 1.5. Nesta linha, a cooperação técnica (TC) assinada entre a Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, contribuirá na construção dos cimentos para estruturar o sistema de monitoramento dos RPPS. A CT visa construir uma base de dados que permita realizar estudos necessários para desenhar

avaliações atuariais que sirvam para contrastar as avaliações atuais enviadas ao governo federal. Além disso, a cooperação técnica inclui a elaboração de uma guia técnica que permita orientar aos governos locais a desenvolver avaliações atuariais baseadas em dados administrativos existentes no marco do cumprimento da Lei no. 9.717/1998.

II. OBJETIVOS DA CONSULTORIA

2.1. O objetivo da consultoria é aproximar o número de servidores públicos que entram nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Especificamente, a consultoria procura quantificar e tratar as inconsistências na base administrativa da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para aprimorar a estimativa de servidores públicos que se beneficiam dos RPPS. Para esse fim, a consultoria visa atualizar e refinar uma metodologia elaborada para identificar e tratar erros nos registros dos trabalhadores ou das empresas na RAIS.

III. PRINCIPAIS ATIVIDADES

3.1. As atividades a serem desenvolvidas são:

- a) Elaborar um plano de trabalho sobre os passos a efetuar para tratar as inconsistências da RAIS
- b) Identificar e quantificar as inconsistências no que diz respeito aos trabalhadores e às empresas
- c) Organização da base de dados administrativas com a metodologia atualizada e refinada
- d) Criação de estatísticas descritivas e resultados econométricos das metodologias aplicadas

IV. PRODUTOS

4.1. A execução das atividades planejadas resultará a entrega dos seguintes produtos:

- a) Plano de trabalho com as etapas, atividades, e prazos a seguir para o devido tratamento sistemático das inconsistências na RAIS.
- b) Organização dos dados administrativos da RAIS, incluindo os dicionários e códigos das rotinas de depuração e dos cruzamento utilizados para identificar e quantificar as inconsistências na RAIS usando em formato Stata (.do), R (.r), ou MatLab (.m).
- c) Gráficos e tabelas sobre estatísticas descritivas sobre as estimativas do número de trabalhadores dos RPPS em formato Word (.docx), LaTeX (.tex), ou Lyx (.lyx).

V. CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão feitos durante o período de elaboração e finalização da base de dados depurada, de acordo com a entrega de produtos:

- 5.1.1. 30% após a entrega do produto a).
- 5.1.2. 40% após a entrega do produto b).
- 5.1.3. 40% após a entrega dos produtos c).

VI. QUALIFICAÇÕES

- 6.1.** Título/Nível Acadêmico/Anos de Experiência Profissional: Mestrado em Economia ou Estatística, ou outra carreira relacionada com mais de 6 anos de experiência.
- 6.2.** Idiomas: Português. Espanhol e Inglês são desejáveis.
- 6.3.** Áreas de especialização: Experiência na depuração e construção de grandes bases de dados.
- 6.4.** Habilidades: Conhecimento sobre estatística e previdência social para consolidar e analisar as bases de dados administrativas e microdados de pesquisas.

VII. CARACTERÍSTICAS DA CONSULTORIA

- 7.1.** Tipo de consultoria: PEC.
- 7.2.** Duração: 50 dias, entre 15 de janeiro de 2018 e 15 de junho de 2018.
- 7.3.** Local de trabalho: o consultor poderá trabalhar remotamente, no entanto, as reuniões para o acompanhamento do projeto serão realizadas em Brasília.
- 7.4.** Chefe de Divisão ou Coordenador: O consultor, ou a instituição responsável pelo projeto, irá trabalhar com a coordenação da Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda e do BID, Túlio Cravo (LMK/CBR).

Pagamentos e condições: A compensação será determinada de acordo com as políticas e procedimentos do Banco. Além disso, os candidatos devem ser cidadãos de um país membro do BID.

Consanguinidade: De acordo com a política aplicável do Banco, candidatos com familiares (incluindo o quarto grau de consanguinidade e o segundo grau de afinidade, incluindo cônjuges) trabalhando para o Banco como funcionários ou contratuais da Força de Trabalho Complementar não são elegíveis para prestar serviços ao Banco.

Diversidade: O Banco está comprometido com a diversidade e a inclusão, e com a igualdade de oportunidades para todos os candidatos. Acolhemos a diversidade de gênero, idade, educação, origem nacional, raça, deficiência, orientação sexual, religião e situação de HIV/AIDS. Fomentamos as candidaturas de mulheres, afrodescendentes e pessoas de origem indígena.

ANEXO A

Brasil

SCL/LMK

Análise de Sistema de Informação Sobre Mortalidade - SIM

Sistema de monitoramento e avaliação Regime Próprio de Previdência dos Servidores

TERMO DE REFERÊNCIA

I. ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA

- 1.1. Brasil é um país federativo complexo, formado por um governo federal; um distrito federal e 26 estados; e 5.570 municípios. Os serviços públicos são majoritariamente fornecidos pelos governos estaduais e municipais. De fato, esses tipos de governos contrataram 10 milhões de pessoas em 2014, em comparação com 1 milhão de servidores públicos (incluindo militares) que o governo federal contratou.
- 1.2. Todos os 26 estados, o distrito federal e perto de 2.000 municipalidades brasileiras têm seus Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Esses regimes podem diferir consideravelmente entre si, mas, como via de regra, tendem a ser mais generosos do que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) disponível para trabalhadores do setor privado. Essa diferença há jogado um papel importante na crise fiscal atual dos governos sub-nacionais. É estimado que o rombo fiscal dos RPPS dos estados brasileiros foi de cerca de 1,3% do PIB em 2015.
- 1.3. Para avaliar a sustentabilidade desses planos, todos os estados e municipalidades com RPPS são obrigadas por lei a submeter ao governo federal avaliações atuariais desses planos (Lei no. 9.717/1998). Porém, é difícil para o governo federal saber a veracidade dessas avaliações – mesmo realizando auditorias dos registros de 10 RPPS por ano. De forma simples, o governo federal atualmente não tem os meios para monitorar e avaliar os RPPS dos governos estaduais e municipais.
- 1.4. Contudo, a arquitetura para montar um sistema de monitoramento e avaliação dos RPPS pode ser construída sem recorrer aos registros dos governos estaduais e municipais. É possível para o governo federal estimar a informação contida nesses registros usando outros meios para estimar a veracidade das avaliações atuariais geridas pelos governos locais. Combinando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) com o Sistema de Informações sobre Mortalidades (SIM), o governo pode estimar quais servidores de diferentes regimes entraram e saíram dos RPPS.
- 1.5. Nesta linha, a cooperação técnica (TC) assinada entre a Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, contribuirá na construção dos cimentos para estruturar o sistema de monitoramento dos RPPS. A CT visa construir uma base de dados que permita realizar estudos necessários para desenhar

avaliações atuariais que sirvam para contrastar as avaliações atuais enviadas ao governo federal. Além disso, a cooperação técnica inclui a elaboração de uma guia técnica que permita orientar aos governos locais a desenvolver avaliações atuariais baseadas em dados administrativos existentes no marco do cumprimento da Lei no. 9.717/1998.

II. OBJETIVOS DA CONSULTORIA

2.1. O objetivo da consultoria é aproximar o número de servidores públicos que saem dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Especificamente, a consultoria procura tratar as observações na base administrativa do Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM) para aprimorar a estimativa de servidores públicos que deixam de se beneficiar dos RPPS. Para esse fim, a consultoria visa juntar o SIM com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e assim analisar o padrão de mortalidade dos trabalhadores ativos e recentemente aposentados.

III. PRINCIPAIS ATIVIDADES

3.1. As atividades a serem desenvolvidas são:

- a) Elaborar um plano de trabalho sobre os passos a efetuar para tratar as observações do SIM
- b) Juntar a base administrativa da RAIS com a do SIM para estimar a mortalidade dos trabalhadores
- c) Criação de estatísticas descritivas e resultados econométricos das metodologias aplicadas

IV. PRODUTOS

4.1. A execução das atividades planejadas resultará a entrega dos seguintes produtos:

- a) Plano de trabalho com as etapas, atividades, e prazos a seguir para o devido tratamento sistemático das observações do SIM.
- b) Junção dos dados administrativos do SIM com a RAIS, incluindo os dicionários e códigos das rotinas de depuração e dos cruzamentos utilizados para identificar e quantificar os padrões de mortalidades dos trabalhadores ativos e recentemente aposentados em formato Stata (.do), R (.r), ou MatLab (.m).
- c) Gráficos e tabelas sobre estatísticas descritivas sobre as estimativas do número de trabalhadores que saem dos RPPS em formato Word (.docx), LaTeX (.tex), ou Lyx (.lyx).

V. CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão feitos durante o período de elaboração e finalização da base de dados depurada, de acordo com a entrega de produtos:

- 5.1.1. 30% após a entrega do produto a).
- 5.1.2. 40% após a entrega do produto b).
- 5.1.3. 40% após a entrega dos produtos c).

VI. QUALIFICAÇÕES

- 6.1.** Título/Nível Acadêmico/Anos de Experiência Profissional: Mestrado em Economia ou Estatística, ou outra carreira relacionada com mais de 6 anos de experiência.
- 6.2.** Idiomas: português. Espanhol e Inglês são desejáveis.
- 6.3.** Áreas de especialização: Experiência na depuração e construção de grandes bases de dados.
- 6.4.** Habilidades: Conhecimento sobre estatística e previdência social para consolidar e analisar as bases de dados administrativas e microdados de pesquisas.

VII. CARACTERÍSTICAS DA CONSULTORIA

- 7.1.** Tipo de consultoria: PEC.
- 7.2.** Duração: 50 dias, entre 15 de janeiro de 2018 e 15 de junho de 2018.
- 7.3.** Local de trabalho: o consultor poderá trabalhar remotamente, no entanto, as reuniões para o acompanhamento do projeto serão realizadas em Brasília.
- 7.4.** Chefe de Divisão ou Coordenador: O consultor, ou a instituição responsável pelo projeto, irá trabalhar com a coordenação da Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda e do BID, Túlio Cravo (LMK/CBR).

Pagamentos e condições: A compensação será determinada de acordo com as políticas e procedimentos do Banco. Além disso, os candidatos devem ser cidadãos de um país membro do BID.

Consanguinidade: De acordo com a política aplicável do Banco, candidatos com familiares (incluindo o quarto grau de consanguinidade e o segundo grau de afinidade, incluindo cônjuges) trabalhando para o Banco como funcionários ou contratuais da Força de Trabalho Complementar não são elegíveis para prestar serviços ao Banco.

Diversidade: O Banco está comprometido com a diversidade e a inclusão, e com a igualdade de oportunidades para todos os candidatos. Acolhemos a diversidade de gênero, idade, educação, origem nacional, raça, deficiência, orientação sexual, religião e situação de HIV/AIDS. Fomentamos as candidaturas de mulheres, afrodescendentes e pessoas de origem indígena.

ANEXO A

Brasil

SCL/LMK

Análise do fluxo do mercado formal para previdência

Sistema de monitoramento e avaliação Regime Próprio de Previdência dos Servidores

TERMO DE REFERÊNCIA

I. ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA

- 1.1. Brasil é um país federativo complexo, formado por um governo federal; um distrito federal e 26 estados; e 5.570 municípios. Os serviços públicos são maioritariamente fornecidos pelos governos estaduais e municipais. De fato, esses tipos de governos contrataram 10 milhões de pessoas em 2014, em comparação com 1 milhão de servidores públicos (incluindo militares) que o governo federal contratou.
- 1.2. Todos os 26 estados, o distrito federal e perto de 2.000 municipalidades brasileiras têm seus Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Esses regimes podem diferir consideravelmente entre si, mas, como via de regra, tendem a ser mais generosos do que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) disponível para trabalhadores do setor privado. Essa diferença há jogado um papel importante na crise fiscal atual dos governos sub-nacionais. É estimado que o rombo fiscal dos RPPS dos estados brasileiros foi de cerca de 1,3% do PIB em 2015.
- 1.3. Para avaliar a sustentabilidade desses planos, todos os estados e municipalidades com RPPS são obrigadas por lei a submeter ao governo federal avaliações atuariais desses planos (Lei no. 9.717/1998). Porém, é difícil para o governo federal saber a veracidade dessas avaliações – mesmo realizando auditorias dos registros de 10 RPPS por ano. De forma simples, o governo federal atualmente não tem os meios para monitorar e avaliar os RPPS dos governos estaduais e municipais.
- 1.4. Contudo, a arquitetura para montar um sistema de monitoramento e avaliação dos RPPS pode ser construída sem recorrer aos registros dos governos estaduais e municipais. É possível para o governo federal estimar a informação contida nesses registros usando outros meios para estimar a veracidade das avaliações atuariais geridas pelos governos locais. Combinando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) com o Sistema de Informações sobre Mortalidades (SIM), o governo pode estimar quais servidores de diferentes regimes entraram e saíram dos RPPS.
- 1.5. Nesta linha, a cooperação técnica (TC) assinada entre a Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, contribuirá na construção dos cimentos para estruturar o sistema de monitoramento dos RPPS. A CT visa construir uma base de dados que permita realizar estudos necessários para desenhar

avaliações atuariais que sirvam para contrastar as avaliações atuais enviadas ao governo federal. Além disso, a cooperação técnica inclui a elaboração de uma guia técnica que permita orientar aos governos locais a desenvolver avaliações atuariais baseadas em dados administrativos existentes no marco do cumprimento da Lei no. 9.717/1998.

II. OBJETIVOS DA CONSULTORIA

2.1. O objetivo da consultoria é verificar e estimar melhor o número de servidores públicos que entram nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Especificamente, a consultoria procura quantificar e tratar as inconsistências na base administrativa da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para aprimorar a estimativa de servidores públicos que se beneficiam dos RPPS. Para esse fim, a consultoria visa atualizar e refinar uma metodologia elaborada para identificar e tratar erros nos registros dos trabalhadores ou das empresas na RAIS. Além disso, a consultoria irá identificar a saída de trabalhadores do mercado formal ao sistema previdenciário.

III. PRINCIPAIS ATIVIDADES

3.1. As atividades a serem desenvolvidas são:

- a) Elaborar um plano de trabalho sobre os passos a efetuar para identificar na RAIS a saída do mercado de trabalho formal e entrada no sistema previdenciário.
- b) Identificar e quantificar as inconsistências no que diz respeito à transição do mercado de trabalho formal ao sistema de previdência.
- c) Organização da base de dados administrativas com a metodologia atualizada e refinada
- d) Criação de estatísticas descritivas e resultados econométricos das metodologias aplicadas

IV. PRODUTOS

4.1. A execução das atividades planejadas resultará a entrega dos seguintes produtos:

- a) Plano de trabalho com as etapas, atividades, e prazos a seguir para identificar a saída do mercado de trabalho formal e entrada no sistema previdenciário na RAIS.
- b) Organização dos dados administrativas da RAIS, incluindo os dicionários e códigos das rotinas de depuração e dos cruzamento utilizados para identificar e quantificar as inconsistências no que diz respeito à transição do mercado de trabalho formal ao sistema de previdência na RAIS usando em formato Stata (.do), R (.r), ou MatLab (.m).
- c) Gráficos e tabelas sobre estatísticas descritivas sobre as estimativas do número de trabalhadores dos RPPS em formato Word (.docx), LaTeX (.tex), ou Lyx (.lyx).

V. CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão feitos durante o período de elaboração e finalização da base de dados depurada, de acordo com a entrega de produtos:

- 5.1.1. 30% após a entrega do produto a).
- 5.1.2. 40% após a entrega do produto b).
- 5.1.3. 40% após a entrega dos produtos c).

VI. QUALIFICAÇÕES

- 6.1.** Título/Nível Acadêmico/Anos de Experiência Profissional: Graduado em Economia ou Estatística, ou outra carreira relacionada com mais de 6 anos de experiência.
- 6.2.** Idiomas: Português. Espanhol e Inglês são desejáveis.
- 6.3.** Áreas de especialização: Experiência na depuração e construção de grandes bases de dados.
- 6.4.** Habilidades: Conhecimento sobre estatística e previdência social para consolidar e analisar as bases de dados administrativas e microdados de pesquisas.

VII. CARACTERÍSTICAS DA CONSULTORIA

- 7.1.** Tipo de consultoria: PEC.
- 7.2.** Duração: 50 dias, entre 15 de janeiro de 2018 e 15 de junho de 2018.
- 7.3.** Local de trabalho: o consultor poderá trabalhar remotamente, no entanto, as reuniões para o acompanhamento do projeto serão realizadas em Brasília.
- 7.4.** Chefe de Divisão ou Coordenador: O consultor, ou a instituição responsável pelo projeto, irá trabalhar com a coordenação da Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda e do BID, Túlio Cravo (LMK/CBR).

Pagamentos e condições: A compensação será determinada de acordo com as políticas e procedimentos do Banco. Além disso, os candidatos devem ser cidadãos de um país membro do BID.

Consanguinidade: De acordo com a política aplicável do Banco, candidatos com familiares (incluindo o quarto grau de consanguinidade e o segundo grau de afinidade, incluindo cônjuges) trabalhando para o Banco como funcionários ou contratuais da Força de Trabalho Complementar não são elegíveis para prestar serviços ao Banco.

Diversidade: O Banco está comprometido com a diversidade e a inclusão, e com a igualdade de oportunidades para todos os candidatos. Acolhemos a diversidade de gênero, idade, educação, origem nacional, raça, deficiência, orientação sexual, religião e situação de HIV/AIDS. Fomentamos as candidaturas de mulheres, afrodescendentes e pessoas de origem indígena.

ANEXO A

Brasil

SCL/LMK

Elaboração de cartilha para avaliações atuariais

Sistema de monitoramento e avaliação do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS)

TERMO DE REFERÊNCIA

I. ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA

- 1.1. Brasil é um país federativo complexo, formado por um governo federal; um distrito federal e 26 estados; e 5.570 municípios. Os serviços públicos são maioritariamente fornecidos pelos governos estaduais e municipais. De fato, esses tipos de governos contrataram 10 milhões de pessoas em 2014, em comparação com 1 milhão de servidores públicos (incluindo militares) que o governo federal contratou.
- 1.2. Todos os 26 estados, o distrito federal e perto de 2.000 municipalidades brasileiras têm seus Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Esses regimes podem diferir consideravelmente entre si, mas, como via de regra, tendem a ser mais generosos do que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) disponível para trabalhadores do setor privado. Essa diferença há jogado um papel importante na crise fiscal atual dos governos subnacionais. É estimado que o rombo fiscal dos RPPS dos estados brasileiros foi de cerca de 1,3% do PIB em 2015.
- 1.3. Para avaliar a sustentabilidade desses planos, todos os estados e municipalidades com RPPS são obrigadas por lei a submeter ao governo federal avaliações atuariais desses planos (Lei no. 9.717/1998). Porém, é difícil para o governo federal saber a veracidade dessas avaliações – mesmo realizando auditorias dos registros de 10 RPPS por ano. De forma simples, o governo federal atualmente não tem os meios para monitorar e avaliar os RPPS dos governos estaduais e municipais.
- 1.4. Contudo, a arquitetura para montar um sistema de monitoramento e avaliação dos RPPS pode ser construída sem recorrer aos registros dos governos estaduais e municipais. É possível para o governo federal estimar a informação contida nesses registros usando outros meios para estimar a veracidade das avaliações atuariais geridas pelos governos locais. Combinando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) com o Sistema de Informações sobre Mortalidades (SIM), o governo pode estimar quais servidores de diferentes regimes entraram e saíram dos RPPS.
- 1.5. Nesta linha, a cooperação técnica (TC) assinada entre a Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, contribuirá na construção dos cimentos para estruturar o sistema de monitoramento dos RPPS. A CT visa

construir uma base de dados que permita realizar estudos necessários para desenhar avaliações atuariais que sirvam para contrastar as avaliações atuais enviadas ao governo federal. Além disso, a cooperação técnica inclui a elaboração de uma guia técnica que permita orientar aos governos locais a desenvolver avaliações atuariais baseadas em dados administrativos existentes no marco do cumprimento da Lei no. 9.717/1998.

II. OBJETIVOS DA CONSULTORIA

2.1. O objetivo da consultoria é elaborar uma cartilha para orientar o desenvolvimento das avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos estados. Especificamente, a consultoria procura elaborar as diretrizes sobre como estruturar avaliações atuariais de grupos específicos. Para esse fim, a consultoria visa entender o análise da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e assim examinar o padrão de ingresso e saída dos trabalhadores ativos e recentemente aposentados dos RPPS.

III. PRINCIPAIS ATIVIDADES

3.1. As atividades a serem desenvolvidas são:

- a) Extração de dados dos Perfis de Instituições de Segurança Pública do Ministério da Justiça
- b) Coleta de informação sobre legislação estadual sobre aposentadoria de grupos específicos
- c) Criação de estatísticas descritivas e resultados econométricos de metodologias aplicadas

IV. PRODUTOS

4.1. A execução das atividades planejadas resultará a entrega dos seguintes produtos:

- a) Plano de trabalho com as etapas, atividades, e prazos a seguir para a elaboração da cartilha.
- b) Organização e análise de dados extraídos dos Perfis de Instituições de Segurança Pública do Ministério da Justiça.
- c) Análise e sumário de informação relevante sobre legislação estadual de aposentadoria para entender regras de elegibilidade, ingresso, saída e pagamentos.
- d) Gráficos e tabelas de estatísticas descritivas sobre as estimativas de trabalhadores de grupos específicos que entram e saem dos RPPS em formato Word (.docx), LaTeX (.tex), ou Lyx (.lyx).
- e) Cartilha sobre como elaborar avaliações atuariais para grupos específicos explicando como se diferencia dos relatórios atualmente submetidos.

V. CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão feitos durante o período de elaboração e finalização da base de dados depurada, de acordo com a entrega de produtos:

5.1.1. 25% após a entrega do produto a).

5.1.2. 25% após a entrega do produto b) e c).

- 5.1.3. 25% após a entrega dos produtos d).
- 5.1.4. 25% após a entrega do produto e).

VI. QUALIFICAÇÕES

- 6.1. Título/Nível Acadêmico/Anos de Experiência Profissional: Mestrado em Economia ou Estatística, ou outra carreira relacionada com mais de 6 anos de experiência.
- 6.2. Idiomas: português. Espanhol e Inglês são desejáveis.
- 6.3. Áreas de especialização: Experiência na depuração e construção de grandes bases de dados.
- 6.4. Habilidades: Conhecimento sobre estatística e previdência social para consolidar e analisar as bases de dados administrativas e microdados de pesquisas.

VII. CARACTERÍSTICAS DA CONSULTORIA

- 7.1. Tipo de consultoria: PEC.
- 7.2. Duração: 50 dias, entre 15 de janeiro de 2018 e 15 de junho de 2018.
- 7.3. Local de trabalho: o consultor poderá trabalhar remotamente, no entanto, as reuniões para o acompanhamento do projeto serão realizadas em Brasília.
- 7.4. Chefe de Divisão ou Coordenador: O consultor, ou a instituição responsável pelo projeto, irá trabalhar com a coordenação da Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda e do BID, Túlio Cravo (LMK/CBR).

Pagamentos e condições: A compensação será determinada de acordo com as políticas e procedimentos do Banco. Além disso, os candidatos devem ser cidadãos de um país membro do BID.

Consanguinidade: De acordo com a política aplicável do Banco, candidatos com familiares (incluindo o quarto grau de consanguinidade e o segundo grau de afinidade, incluindo cônjuges) trabalhando para o Banco como funcionários ou contratuais da Força de Trabalho Complementar não são elegíveis para prestar serviços ao Banco.

Diversidade: O Banco está comprometido com a diversidade e a inclusão, e com a igualdade de oportunidades para todos os candidatos. Acolhemos a diversidade de gênero, idade, educação, origem nacional, raça, deficiência, orientação sexual, religião e situação de HIV/AIDS. Fomentamos as candidaturas de mulheres, afrodescendentes e pessoas de origem indígena.